

ALARGANDO OS HORIZONTES DE HORIZONTE

(BROADENING THE HORIZONS OF "HORIZONTE")

HÉCTOR HUGO PALACIO DOMÍNGUEZ¹

RESUMO

"O orgulho de nosso Estado é ter 97% de suas crianças na escola". Reza um outdoor na avenida que conduz ao aeroporto.

Não podemos negar que o ensino fundamental, consagrado pela Constituição Federal como obrigatório, tem atingido níveis significativos, encaminhando-se, aos poucos, para a tão desejada universalização. Porém, sérias dúvidas persistem quanto à qualidade do mesmo. Situações que em ambos os sentidos vêm sendo confirmadas freqüentemente por estatísticas e provas diversas. O sucesso se deve, sem dúvida nenhuma, aos esforços dos diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – plasmados em campanhas agressivas e decisões ousadas; aos fortes investimentos econômicos e à crescente tomada de consciência da sociedade sobre a importância da educação... O insucesso, sobretudo, quanto à qualidade, aponta para fenômenos como a massificação, a falta de preparo dos professores e ao lastro de uma passado de indiferença...

O preente artigo escolhe como objeto de análise o município de Horizonte. Várias razões me conduziram a tal escolha: Um município relativamente novo, com administrações políticas dinâmicas, próximo da capital, com altos índices de imigração, com um crescente processo de industrialização, enfim, um município "emergente" dentro do panorama cearense.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental – Dependência Administrativa – Telensino – Aprovação – Reprovação – Distorção – Ciclo – Aceleração.

ABSTRACT

"Our State takes pride in having 97% of its youth at school". So said a large outdoor

advertisement on the avenue leading to the airport. One cannot deny that basic education in Ceará, made obligatory by the Federal Constitution, has reached significant levels, and it is to be hoped that it will soon include all children of school going age. However, serious doubts persist regarding the quality of this education. Frequent proffs and statistical figures confirm both the advances made and the quality deficiencies. The success is largely due to the serious efforts at Federal, State and Municipal levels of government in sponcering agressive campaigns, making necessary decisions, large economic investments, as well as fostering an increasing level of awareness in society in general regarding massification, lack of adequate teacher preparations as well as the result of indifference to education in the past.

The objective of this article is to make an analysis of the educacional situation in the municipality of Horizonte. There are varios reasons for this choice. The municipaluty is relatively new, with dynamic political administrations, situated near the State capital, having a high degree of immigration as well as a growing industrial complex. Basically it is an emerging municipality in the State of Ceará.

Key Wordes: Elementary Education – Administration – Dependence – Teaching by Television – Approval – Cycle – Failure – Distortion – Acceleration.

INTRODUÇÃO

A manhã banhava o horizonte queimado pelo sol canicular do mês de novembro, em tons que vão do amarelo ao vermelho passando por todo o leque de marrons e cinzas enfeitando a beira da estrada no per-

¹ Héctor Hugo Palacio Domínguez é mestre em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidad Javeriana de Santafé de Bogotá; professor Assistente do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará.

curso de 40 kilómetros quando partimos de Fortaleza pela BR 116, em direção ao sul.

Outras cores para completar a paisagem, só se olharmos pra cima, e não sem certa dificuldade, para tentar descobrir por entre os ofuscantes raios solares o azul intenso do céu nordestino. O verde, para muitos ausente, ou quase ausente da paisagem nordestina, faz-se presente em pequenos pontos dispersos, passando quase despercebido nas mangueiras e cajueiros que por esta época florescem perfumando o ambiente e oferecendo seus frutos que alimentam e fornecem emprego aos habitantes da região. Por entre seus galhos retorcidos, aos gritos dos sagüis e ao canto das aves, se misturam as vozes de crianças e adolescentes que em sacos e latas apanham os preciosos frutos que logo se transformarão em alguns trocados quando levados às fábricas para serem processados, industrializados e comercializados, principalmente a castanha de caju².

Mas, esta é uma parte ínfima de nossa tela porque, aos poucos, o verde cede seu lugar novamente ao vermelho dos tijolos e ao cinza do cimento que se misturam, reergendo sob a forma de indústrias e postos de trabalho³, a esperança de um povo que descobre que os muros e as grades não escondem o horizonte mais alargam a visão e a teimosia de quem não se resigna a simplesmente sobreviver.

O nosso Horizonte é, certamente, bem mais novo que o horizonte que lhe acompanha: este, milenar na sua terra, ressecada e fendida pela erosão; centenar em algumas mangueiras e pés de caju, centenar em alguns casebres de taipa, quase desfeitos pelo correr do tempo; com algumas decenas de anos nos cabelos brancos e nas rugas de seus anciões. Horizonte é bem mais novo que seu horizonte, uma duzia de anos⁴.

Horizonte também tem suas cores: o branco, azul e amarelo no muro de seus casas, o cinza do asfalto e nas pedras que caltam as ruas, o marrom de suas portas e janelas. Cheio de fendas no projeto que pretende levar água às casas, mas que nunca conseguiu passar de um projeto. Enfim, o verde nas paredes da prefeitura que representa bem mais do que a esperança do povo que pretende administrar.

Sem dúvida que faltariam cores a nossa paleta se quiséssemos completar as cores de Horizonte, por exemplo, qual a forma e as cores que mostrariam me-

lhore a situação da educação? Que forma teria nossa escola? E as nossas crianças e professores, qual a cor que vestiria seus sonhos?

E o artista emprestaria o talento de quem, o olhar de quem, para se deixar conduzir nas suas pinzeladas: do prefeito, do pessoal da secretaria de educação, dos seus professores, ou de suas crianças. Quiçá seja melhor deixar que cada um, nos ofereça seus traços, afinal, nossa pintura pode não ser mais do que um mosaico suscetível de acolher mil interpretações possíveis...

Por motivos metodológicos, proponho uma análise em dois tempos, além de uma consideração inicial sobre a situação da educação em Horizonte antes de sua emancipação, isso não em razão da quantidade de tempo a ser analisada, já que são doze anos, ou do volume de material produzido, apesar de ser este último bastante considerável. A razão obedece mais ao tipo de análise que se pode desprender das duas primeiras administrações, que em linhas gerais, apresentam-se bastante homogêneas quanto aos objetivos, métodos de trabalho e filosofia de ação. O primeiro destes blocos compreende as duas primeiras administrações de Horizonte e vão de 1990, época em que assumiu o primeiro dos prefeitos do recém-criado município até 1996, ano em que finaliza seu governo o segundo mandatário. Ambos os prefeitos governaram sob a bandeira do mesmo partido: o PSDB. O terceiro prefeito, segunda parte de nosso trabalho, assume em 1996, terminando seu governo em 2000. Neste segundo período as coisas mudam consideravelmente devido à forma diferente de administrar e de entender a coisa pública.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O atual processo que se desenvolve em Horizonte tem as suas origens históricas na década de 60. Em 1963, uma primeira tentativa de emancipação leva os horizontinos a conseguirem sua autonomia política; mas os sonhos políticos de independência duram pouco e, um ano mais tarde, o decreto de emancipação é cassado. Horizonte é condenado a continuar sobrevivendo como distrito de Pacajus.

Assim, “até 31 de dezembro de 1989, os 10.768 habitantes de Horizonte repetiam os cansados gestos

² Durante muito tempo o cultivo da castanha de cajú, representava praticamente a única cultura e ao mesmo tempo a maior fonte de emprego na região, assim, em 1995 a área colhida era de 332.882 hectares e uma produção de 80.896 toneladas. A produção em 1997 reduziu-se para 38.021 toneladas. A queda de produção deve-se sem dúvida nenhuma à diversificação da produção agropecuária e industrial.

³ Em 1996 o município de Horizonte tinha 86 indústrias; em 1997 eram só 73. A maioria dentre elas situa-se dentro do setor da transformação 80 e 68 respectivamente.

⁴ Horizonte foi distrito de Pacajus até 3 de março de 1987 quando se emancipou. Emancipação confirmada mediante a lei Estadual 11.300.

da economia e da política tradicionais para assegurar a sua sobrevivência; uma sobrevivência pobre, miserável até para a maioria da população, entregue aos embates do mais puro coronelismo municipal... A economia do lugar, baseada na agricultura tradicional em grandes propriedades, na cultura do caju e a transformação de sua castanha em poucas indústrias extremamente dilapidadoras da força de trabalho, sobretudo feminina, oferece condições propícias para um jogo político limitado a poucas famílias ou oligarquias locais que perpetua a submissão, a lealdade e a ignorância da população como formas de sobrevivência”⁵.

O sistema de ensino, implantado em tais redutos, ou para empregar outra palavra muito usada e bem mais descriptiva: currais, de donos do poder, sempre foi paradigmático de uma situação que se repete em todos os aspectos da vida social e administrativa. O sistema não possui vida própria, quanto mais um pouco de autonomia, nem funcionamento estável apesar de institucionalizado e normatizado. O sistema está sempre sujeito à arbitrariedade do prefeito de plantão que manda e desmanda, bota e tira a seu bel-prazer, ou melhor, segundo seus caprichos eleitores e seus interesses econômicos confessados ou não e os de seus seguidores. O caso de Horizonte não era diferente, ainda mais, sua situação piorava por não passar de um mero distrito a ser aproveitado na medida em que oferecia um caudal de votos razoável. Na aparência, um sistema de ensino oficial e legalizado. Mas tudo não passava de uma farsa, pois os prefeitos sempre estavam acima da lei.

Horizonte foi, até 3 de março de 1987, distrito do município de Pacajus quando se emancipou. Até que Pacajus era administrativamente bem organizado, apesar de sua grande extensão, mais de 600 km²... e estradas precárias... Possuia um Órgão Municipal de Educação (OME) que coordenava os trabalhos nos oito prédios escolares de Horizonte e suas 30 escolas isoladas, a maioria delas, instaladas precariamente no alpendre ou na sala de uma casa; em alguns casos as poucas crianças que frequentavam a escola assiduamente, viam-se obrigadas a sentar-se no chão e a fazer das próprias pernas mesa para apoiar o caderno. Sem energia elétrica, sem água encanada, sem esgoto, tudo era precário. Eram tempos em que os professores eram leigos em sua maioria e verdadeiros heróis em sua totalidade. As escolas de Horizonte seguiam o calendário do caju: aulas de janeiro a setembro, com alguns dias de folga no início de julho... As 1.159 crianças e adolescentes que chegavam a freqüentar a escola (represen-

tando 75% da população entre 7 e 14 anos na sede e 40% no campo) apresentavam um índice de evasão de 30% na zona urbana e 40% na zona rural, nada que possa causar admiração em tais circunstâncias, pelo contrário, era a consequência lógica de um sistema que além de perverso, mal funcionava.

Os 100 professores e funcionários de educação (vigias, merendeiros, agentes administrativos, motoristas, etc) de Horizonte possuíam um Estatuto do Magistério e um Plano de Cargos e Salários que previa concurso, critérios para contratação, gratificação por permanência na sala de aula etc. Em 1986, os professores com licenciatura plena chegaram a ganhar um salário mínimo. Ainda recebiam treinamentos e reciclagens através do Pró-Rural da Secretaria de Educação do Estado. Dados e normas que sempre figuraram no papel, porém, jamais foram colocados em prática.

Apesar de as escolas não terem autonomia administrativa, elas possuíam uma relativa autonomia pedagógica e podiam livremente discutir a programação sempre e quando esta seguisse, a grosso modo, as diretrizes oficiais e os interesses políticos locais...

1987 pode ser considerado um ano paradigmático na vida da comunidade horizontina, nesse ano as coisas mudam drásticamente. Emancipado, Horizonte passou a viver a “pão e água”, mesmo assim, pão e água podem ser um manjar, quando desfrutados em liberdade. O novo município não recebeu mais nenhum apoio de Pacajus e a situação material das escolas se deteriorou. Abandonada, a nova comunidade municipal, sem prefeito, entra numa espécie de letargia.

Essas eram também as aparências do sistema de ensino de Horizonte até 1º de janeiro de 1989. Por trás dessas aparências relativamente bem comportadas e organizadas uma outra realidade explica a iniqüidade e improdutividade do sistema que atendia somente a 70% da população escolar de primeiro grau na cidade e 40% na zona rural e favorecendo uma evasão de 30 e 40% nas duas zonas, respectivamente. A lei era letra morta, não vigorava: os estatutos, os planos de cargos e salários, os professores e funcionários eram joguetes na mão dos sucessivos prefeitos, verdaeiros reis e senhores absolutos, governantes acima da lei, que eles mesmos promulgavam e cassavam de acordo com as circunstâncias e os interesses do momento. Nenhum professor ou funcionário público prestava concurso público ou possuía estabilidade no emprego, mesmo que tudo aquilo figurasse no papel. Cada prefeito “tirava e botava” de acordo com suas necessidades eleitoreiras...

⁵ HAGUETTE, André, et alii: Inovações na Gestão do Ensino Fundamental Municipal, em: Educação em Debate N° 23-26, Vol. XV, 1992/1993 p. 16

Em 1986, os professores com licenciatura plena chegaram a ganhar um salário mínimo. Muitos deles percebiam mais pelo salário-educação do que pelo salário do emprego. A descontinuidade era total, professores e funcionários entravam e logo saiam em busca de melhores oportunidades. Os professores treinados e reciclados eram capturados pela iniciativa privada que oferecia melhores salários. Outros entravam na justiça; em vão. Jamais, um funcionário que tenha entrado na justiça contra o prefeito ou contra o município teve sua causa ganha.

O planejamento escolar não resistia às iniciativas partidárias e eleitoreiras. Apesar da boa vontade, a educação fracassara. O prefeito vencia; ele, sua arbitriadade eleitoreira e seus interesses econômicos privados. A vontade do prefeito era o sistema.⁶ Dignos sucessores da monarquia francesa de Luis XIV e fervorosos seguidores de sua filosofia de vida: “L’État c’est moi”.

Relativamente pequeno (192 km²), este jovem-município não pára de crescer, passando sua população de 18.283 habitantes em 1.991 para 25.382 em 1.996, as estimativas para o ano 2.000 são de 31.416 habitantes. O incremento anual entre 1.991 e 1996 foi de 6,78% ao ano. O fenômeno de um crescimento tão acelerado deve-se principalmente às taxas de fecundidade, que ainda se mantêm relativamente altas; e sobretudo, à intensa imigração que vive o município⁷. A taxa de urbanização para os mesmos anos situa-se em 59,34% e a densidade populacional é de 140 hab/km². O PIB *per capita* é de R\$ 3.367⁸, sendo um dos mais altos do Estado. Este reduto de esperança para milhares de sonhadores, cearenses ou não, acolhe também os distritos de: Aningas, Dourados e Queimadas. Aliás, os distritos de Horizonte tem recebido ao longo dos últimos anos um tratamento semelhante àquele que é outorgado à sede do município.

Usando alguns dados básicos, o Instituto de Planejamento do Ceará vem editando anualmente o denominado IDM, Índice de Desenvolvimento dos Municípios. Essa publicação apresenta os principais dados sócio-econômicos e de infra-estrutura que permitem uma constante classificação dos municípios dentro do conjunto do Estado.

Alguns desses dados podem resultar interessantes, mesmo que não façamos uma leitura

interpretativa pormenorizada dos mesmos, dado que não fazem, em sentido estrito, parte de nossa pesquisa e poderiam tirar nossa atenção do problema que nos ocupa: a educação e mais especificamente, o ensino fundamental.

Mesmo assim, e à maneira de curiosidade, eis aqui alguns desses dados: o número de telefones é relativamente baixo: 6,8 por cada cem habitantes. O número de agências de correio por cada mil habitantes não passa de 0,037, a mesma coisa para as agências bancárias. O número de veículos por cada cem habitantes é de 4,9. A energia elétrica chega a 74,07% dos domicílios. O abastecimento d’água encanada não existe. Durante as minhas visitas ao município pude constatar que a rede está em fase de implantação em alguns setores mais centrais. O número de médicos por mil habitantes é de 0,71 e os leitos hospitalares dificilmente superam o índice de 0,06%. A taxa de mortalidade infantil entre 1995/1997 por mil crianças nascidas vivas é de 58,10%⁹. Contudo, estes números representam a esperança de uma comunidade que dez anos atrás nem sequer sonhava com tais “confortos”.

Os dados anteriores nos permitem entrever um Horizonte de luzes e sombras, de esperanças e de frustrações para seus milhares de habitantes, porque os feitos realizados nos últimos doze anos superam em muito as décadas de abandono e ostracismo; ao mesmo tempo não podemos fechar os olhos para uma realidade, que apesar de tudo continua desumana. Esses números são ao mesmo tempo um grito e uma afronta, um estímulo e um tapa no rosto dos sofridos horizontinos.

De um tempo para cá Horizonte vem alargando seu horizonte... a vontade ferrenha de um povo e de alguns políticos e lideranças visionárias, na desolação da porta que conduz à bravura do sertão nordestino, prova que ainda hoje, a melhor maneira de dar vida a uma sociedade é através da educação... e essa vida começou a brotar em Horizonte com a força e a rapidez de um verdadeiro milagre. Milagre pelas condições adversas que foi preciso enfrentar; milagre porque o primeiro passo nasceu de um político, quando a classe política se encontra totalmente desacreditada; milagre, enfim, porque o povo acostumado a baixar a cabeça e a sofrer as consequências do abandono, respondeu às iniciativas, garantindo a colaboração e solidariedade no fazer público, e garantindo a presença das crianças nas escolas.

⁶ HAGUETTE, André, et alii: Inovações na Gestão do Ensino Fundamental Municipal, em: Educação em Debate N° 23-26, Vol. XV, 1992/1993 p. 16-19

⁷ Os dados são do Anuário Estatístico do Ceará. Centro Administrativo Governador Virgílio Távora. Prédio SEPLAN 1º Andar. Fortaleza – Ceará.

⁸ Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), Edições Iplance, Fortaleza, 1999

⁹ Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), Edições Iplance, Fortaleza, 1999.

PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO 1989-1992

Desde a sua emancipação, Horizonte já elegera três prefeitos. O primeiro, Francisco César de Souza, engenheiro civil, filho da terra, pertencente a uma classe social abastada, é o mais conhecido não só por ser o primeiro, mas também e sobretudo por ser o agente que desencadeou tudo esse processo de transformação e progresso. Francisco César assumiu em 1º de janeiro de 1989.

A sua maneira de gerir a coisa pública rompe com todos os esquemas tradicionais de fazer política; sua gestão pode ser qualificada como corajosa, inovadora e austera, plena de iniciativas e ousadia. Nada que pudesse lembrar o antigo regime coronelista entraia na sua forma de administrar. Pelo contrário, o diálogo, o trabalho em equipe, a consulta à comunidade sobre suas verdadeiras e mais urgentes necessidades, o senso democrático, eram sempre antepostos a qualquer interesse pessoal ou partidário. E foi dessa maneira que, aos poucos foi conquistando o carinho e a admiração, que logo passaram para o respeito e a colaboração da cidadania. No final da sua administração, ele conseguiria eleger seu sucessor, alguém que estivesse disposto a continuar a obra iniciada.

A segunda administração (1992-1996) esteve a cargo de Manuel Gomes de Farias Neto. Em linhas gerais, deu continuidade ao trabalho da primeira administração, seguindo as mesmas trilhas do seu antecessor; seu exercício do cargo pode ser qualificado como bom, porém, sem tanto sucesso, quanto o de Francisco César. Não podemos ignorar que o “boom” do início já tinha acabado e em certo sentido a população tinha se acostumado finalmente a ver um trabalho sério.

Ainda com relação à administração de Francisco César, a primeira medida do recém-empossado prefeito, consiste em sanear a administração pública, corrompida pelo clientelismo, os favores e as arbitrariedades dos governos anteriores; para tanto, estabelece a razão de 1 funcionário por 100 habitantes, com essa medida pretendia cortar de raiz tradições anteriores que se perdiam na noite dos tempos. Igualmente, determinou, em obediência à constituição nacional, o pagamento de pelo menos um salário mínimo para todos e uma jornada de 8 horas de trabalho por dia.

Após escolher uma equipe, a mais competente possível e, sobretudo, comprometida com o desafio a enfrentar, não só de recuperar o tempo perdido, mas também de construir ou reconstruir o que o tempo e a falta de vontade de administrações anteriores tinham negado a Horizonte quando era distrito de Pacajus. O primeiro passo do prefeito foi realizar todo um plane-

jamento, com objetivos, prioridades, linhas de ação, responsáveis e datas para seu cumprimento. Assim, como pilares básicos em torno dos quais seriam direcionadas as ações, foram escolhidas a educação, a saúde e o trabalho. É bom lembrarmos que estas três linhas de ação constituiram também sua plataforma política durante a campanha eleitoral, antes das eleições. E assim, em coerência com o prometido, ao longo dos quatro anos da primeira gestão os esforços foram no sentido de melhorar a vida do povo nestes três aspectos, pois eles apontavam o caminho do resgate de uma dívida social, da formação de uma cidadania consciente de seus direitos e participativa na contrução de um processo democrático real.

As mudanças, que dia a dia iam sendo implementadas pela prefeitura provocam um impacto positivo na população que, aos poucos, passa a acreditar e apoiar a nova administração. Paralelamente a uma ação administrativa moderna e descentralizada, o nome e a fama do prefeito começam a ultrapassar as fronteiras do município. De fato, Francisco César mostra-se eficiente em atrair investimentos no município, assegurando maiores recursos para os cofres públicos, melhorando as condições e as vagas de emprego e possibilitando maiores inversões sociais. Exemplo vivo disso é o crescimento extraordinário que viveu Horizonte em matéria de indústria e comércio, consolidando-se na vanguarda do Estado e perdendo só para Fortaleza, Maracanaú e Eusébio, situando-se, por cima de municípios bem maiores e com maior tradição como Caucaia ou Juazeiro do Norte.

Do novo estilo de fazer política e de administrar, o setor educacional é paradigmático. Dados obtidos junto à Secretaria de Educação de Horizonte, referentes à evolução da matrícula de 1988 até 1992, mostram que no último ano em que Pacajus tomou conta da educação havia em Horizonte um total de 11 grupos escolares e 11 escolas isoladas, para atender a uma matrícula de 1.170 alunos de uma população de 15.092 habitantes, e nas quais faltava tudo, de material escolar a professor e oferecendo o mínimo de condições de funcionamento. As mudanças no sistema educacional não tardaram.

Um rigoroso planejamento dividiu o município em 5 zonas educacionais e, em cada uma, é planejada uma escola de referência (do pré-escolar à 8ª série). Os critérios adotados são: a demanda escolar, a proximidade das escolas às comunidades e a facilidade de acesso. Objetivando principalmente a descentralização das ações escolares e a substituição das escolas isoladas. Mas uma vez, estas medidas foram muito bem vistas pela comunidade, que finalmente começou a se interessar pela educação de suas crianças e adolescentes. Estava claro, igualmente, na cabeça do pre-

feito que o investimento em educação, apesar de pouco rentável para os cofres, era um investimento social de máxima urgência.

Antes de assumir Francisco César, a situação dos professores era das piores. Ganhavam algo em torno de 10% de um salário mínimo, que deixavam acumular por três ou quatro meses. Se fossem buscar o salário a cada mês, o ganho não era o suficiente nem para pagar o ônibus de ida e volta até o município sede. Situações como esta geravam mal-estar, desinteresse e logicamente abandono das funções. As consequências para os estudantes não podiam ser piores: perda de tempo, despreparo, inconstância e repetência.

Compensar estas disparidades requeria ações urgentes, e elas foram tomadas. Antes de iniciar o ano letivo, o novo prefeito, através da recém-criada secretaria de educação do município abre um concurso público para professores e auxiliares de serviços gerais, sendo fixado o número de vagas em função do número de matrículas do ano anterior e como complemento

1. O salário e seu pagamento foram disciplinados. Uma escala salarial foi estabelecida a partir do salário mínimo, para todos e em função da titulação. Os salários são reajustados trimestralmente e pagos religiosamente no primeiro sábado posterior ao dia 10 do mês seguinte. Esses salários eram os mais altos pagos no Estado do Ceará. Essa medida produziu uma grande afluência de professores qualificados para os concursos públicos. O bom tratamento que recebiam estes profissionais trouxe consigo, simultaneamente, uma melhoria substancial no ensino ministrado.

2. Um amplo e permanente programa de capacitação de professores e técnicos em educação foi implantado. Convênios com diversas instituições e organismos nacionais e estaduais, garantiam o aprimoramento e a constante reciclagem dos professores. O quadro a seguir mostra a situação do professorado no final da primeira administração em 1992:

Prefeitura Municipal de Horizonte							
Pessoal Docente por Grau de Formação - 1992							
Pessoal docente em exercício, por grau de formação							
Distrito	Total	1º Grau		2º Grau		3º Grau	
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo
Sede	68	-	01	05	37	08	17
Queimadas	19	02	05	01	11	-	-
Dourado	13	-	05	04	04	-	-
Aningas	07	-	05	-	02	-	-
Catolé	11	02	02	-	07	-	-
Total	118	04	18	10	68	08	17

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Horizonte.

às carências do sistema. Durante esta primeira administração houve pelo menos mais três concursos públicos, todos eles realizados de acordo com a expansão e as novas necessidades do sistema.

No início do ano letivo os diretores foram escolhidos por votação; dela participavam: professores, alunos e pais dos alunos, outra medida progressista, pois até aquele momento, tanto no Estado como nos outros municípios, a função de diretor era um cargo de confiança. Cabe anotar que logo o exemplo de Horizonte foi seguido por outros municípios, e hoje por quase todos os estabelecimentos de ensino da rede estadual. Cabe a Horizonte o fato de ter sido o pioneiro desta medida que tantos benefícios tem trazido para a educação. O eleito, mesmo sendo adversário político do prefeito, foi empossado, respeitando a vontade da comunidade que o elegeu. Os diretores eleitos mantinham sua qualidade de professores e recebiam um acréscimo salarial de 10% pela função desempenhada. Como estas, também outras medidas foram acrescidas no sentido de valorizar o trabalhador da educação:

3. Os deveres dos professores são reforçados como contrapartida às boas medidas adotadas pela prefeitura. As faltas são descontadas na folha de pagamento e as aulas repostas, embora quase não haja mais ausência de professores. A presença se deve menos como temor às punições e muito mais como estímulo que nasce de um trabalho bem planificado e gratificante quanto à resposta dos alunos.

É absolutamente notável que nenhum professor tenha deixado a prefeitura de Horizonte em busca de um melhor emprego. A permanência dos professores trouxe consigo, também, a maximização dos efeitos do constante processo de aperfeiçoamento docente em termos de qualidade de ensino.

4. Um transporte é providenciado para levar professores e alunos dos distritos para a sede onde cursam 1º ou 2º grau à noite, com o intuito de que possam dar continuidade aos estudos quando a série a ser cursada não for oferecida próximo ao local de moradia. Não é o caso de falarmos de nucleação do ensino, mas do interesse por garantir um direito a que quer se

aproveitar da oportunidade oferecida, o anterior no caso dos alunos. Da mesma forma, para quem estuda em Fortaleza a prefeitura coloca transporte à disposição, que serve, também, para levar e trazer os professores residentes em Fortaleza, que lecionam em Horizonte e que se deslocam diariamente.

5. A introdução do telensino é considerada também como uma mudança importantíssima na melhoria da qualidade do ensino da 5^a a 8^a série e também nas condições de trabalho dos professores, garantindo material de apoio e conteúdos com uma qualidade bem melhor.

Durante o período da primeira administração o telensino apresentou, também, um considerável crescimento. Em 1988, apenas uma escola na sede era atendida por esta modalidade, com 54 alunos distribuídos em três turmas, duas pela manhã e uma a tarde; havia

nal de 1989, o município tinha um total de 12 grupos escolares e 18 escolas isoladas para uma matrícula de 3.389 alunos no início do ano, chegando ao final com 2.424. Se em 88 houve uma matrícula de 1.170, em 89 passou para 3.389, um indicativo de melhoria. A evasão em 89, foi de 23,4%; a repetência neste ano foi de 20,1% e, por último, a aprovação ficou em 79,9%, dando mostras de que as mudanças estavam surtindo efeito. Os prédios, pelo menos os maiores, foram equipados com pequenas bibliotecas, sala de professores e outras dependências.

O quadro a seguir nos apresenta a evolução por demais significativa das condições físicas sob as quais se começou a operar em Horizonte e seu gradativo crescimento até o final da primeira administração.

Nos anos seguintes, com o aumento da popu-

Prefeitura Municipal de Horizonte Realizações Telensino 1988-91				
Ano	Série	Matrículas	Orientadores	Televisores
1988	5 ^a a 8 ^a	54	2	2
1989	5 ^a a 8 ^a	117	4	4
1990	5 ^a a 8 ^a	110	5	4
1991	5 ^a a 8 ^a	225	6	6

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

2 orientadores e 2 televisores. Em 89, três escolas passam a trabalhar com o telensino (na sede, e nos distritos de Dourado e Queimadas) com um total de 117 alunos, 4 orientadores e 4 televisores. Aumentando o atendimento de ano para ano, chega-se em 1992 a um total de 358 alunos atendidos por 12 orientadores e 10 televisores. O telensino pode ser considerado como um outro fator que vem contribuindo para a melhoria na educação de Horizonte. Nos anos subseqüentes este programa continuará seu processo de crescimento, atingindo índices consideráveis. Mais sobre esses dados novos falaremos posteriormente.

6. As condições de trabalho dos professores e dos alunos foram fortemente encorajadas e estimuladas pelo equipamento didático, material e financeiro das escolas. Além das recém-construídas, 90% das outras foram reformadas e/ou ampliadas. O objetivo era deixar todas as escolas em condições de funcionamento, dotando-as como já dissemos de material e equipamentos, reformando-as ou criando outras, quando a demanda o exigia. No fi-

lação, como consequência do altos índices de imigração decorrentes das condições oferecidas pelo município no que se refere a saúde, educação e trabalho, as demandas sociais foram crescendo. Em 1990, para uma matrícula inicial de 4.412 alunos distribuídos em 14 grupos e 14 escolas isoladas, chegaram ao final do ano 3.313, a queda na percentagem da evasão passando de quase 40% na zona urbana para 22,2%; a repetência ficou em 17,4% e a aprovação em 82,6%. Os índices apresentaram novamente melhoria.

Se bem que ainda estejamos longe de falar em universalização do ensino, tanto para a série inicial e muito menos para as seguintes no município de Horizonte, as estatísticas assim o confirmam, contudo, também não podemos deixar de perceber um sensível crescimento. Justiça seja feita, Horizonte jamais tinha visto, ao longo de sua história, um horizonte tão radiante em matéria de educação como aquele que se apresentava no entardecer de sua primeira administração.

Prefeitura Municipal de Horizonte Evolução da Rede Física Escolar			
Ano	Grupos Escolares	Escolas Isoladas	Total de Salas de Aula
1988	11	11	37
1989	12	18	46
1990	14	14	59
1991	15	9	62
1992	16	6	65

Fonte: Secretaria de Educação de Horizonte-CE, 1996

SEGUNDA ADMINISTRAÇÃO 1993-1996

Se o entardecer da primeira administração era colorido e cheio de luz, o amanhecer da segunda, a de **Manuel Gomes de Farias Neto**, dava-se sob o sinal da esperança e das esperativas de milhares de horizontinos, no sentido de que fosse ainda melhor que a anterior. **Manuel Gomes**, assume em 1992. Durante sua campanha política e com o apoio do primeiro prefeito, prometeu continuar investindo na educação, garantindo que no final de seu mandato levaria todas as crianças em idade escolar para as salas de aula. Será que os fatos viriam confirmar suas promessas?

O novo prefeito decidiu dar continuidade, em linhas gerais, se bem que com traços bastante particulares, aos programas iniciados na administração

rie R\$ 100,00; com 3º científico R\$ 150,00; 3º pedagógico R\$ 180,00; 4º pedagógico R\$ 200,00; Licenciatura curta R\$ 370,00 por 100 horas e Licenciatura plena R\$ 400,00 por 100 horas.

Um segundo programa na administração de **Gomes de Farias Neto** foi a ampliação do sistema de ensino por televisão, o teleensino, iniciado pelo seu antecessor. No final de seu mandato, certamente ele conseguir patamares bem melhores do que os obtidos por **Francisco de Sousa**. Em Horizonte os alunos de 5ª a 8ª série que seguiam seus estudos através deste sistema já superavam aqueles matriculados na forma tradicional. Chegar a essa situação não foi fácil, pois era necessário contar com a desconfiança e resistência dos pais dos alunos, de alguns professores do ensino tradicional e dos próprios orientadores que se sentiam pouco preparados para assumir o desafio.

Prefeitura Municipal de Horizonte Realizações Teleensino 1992-95				
Ano	Série	Matrículas	Orientadores	Televisores
1992	5ª a 8ª	358	12	10
1993	5ª a 8ª	543	16	15
1994	5ª a 8ª	776	30	20
1995	5ª a 8ª	1098	31	29

anterior. Dentre os grandes esforços feitos pela administração de **Manuel Gomes**, podemos citar, em primeiro lugar, o trabalho de continuar garantindo a capacitação dos professores do município e a realização de concursos para a contratação de novos membros na medida que a demanda de alunos assim o exigia. Durante sua administração foram feitos pelo menos mais três concursos públicos.

Em 1.995, o total de professores chegava a 165 assim distribuídos por nível de escolaridade: 34 com licenciatura plena, o que representa 20,6% do total; 48 com quarto pedagógico ou 29,1%; 37 com terceiro pedagógico ou 22,4%; 15 com 2º grau completo ou 9,1%; 24 com 1º grau ou 14,5% e 7 professores leigos ou 4,2%. Considerando que 72,1% deste total tem formação pedagógica pode se dizer que o município conta com um bom quadro de professores. Os salários ofertados eram e continuavam até 96 acima da média, os melhores pagos, na época no Estado.

O quadro seguinte nos permite um olhar rápido sobre os novos dados do teleensino, para tanto devem ser comparados com aqueles apresentados acima.

Em matéria de construção e ampliação das unidades escolares, a segunda administração deu continuidade aos trabalhos anteriormente começados, se bem que neste campo o ritmo foi bem mais lento. Cabe dizer que o número de matrículas durante esses anos, apesar de um crescimento significativo não obteve os índices dos anos anteriores. Esta segunda administração poderia ser denominada de mantenedora dos feitos alcançados e não tanto de geradora ou de criadora de novos acontecimentos.

Vejamos a seguir um quadro sobre a evolução da rede física escolar no município durante os anos 1.993 – 1.996. Para tanto faz-se necessário confrontar com o quadro da página 48 para notar a evolução da mesma em relação ao primeiro período.

Prefeitura Municipal de Horizonte Evolução da Rede Física Escolar			
Ano	Grupos Escolares	Escolas Isoladas	Total de Salas de Aula
1993	20	2	81
1994	20	3	93
1995	21	3	95
1996	22	2	125

Fonte: Secretaria de Educação de Horizonte-CE, 1996

No mês de setembro de 95, os salários brutos recebidos foram os seguintes: professores com 8ª sé-

Não podemos tirar os méritos ou desconhecer os esforços realizados durante a segunda administra-

ção. Manuel Gomes carecia do carisma, da imaginação, da coragem e da vontade de Francisco César, porém, era constante, humilde e porque não, honesto no seu trabalho. contudo fez uma boa administração. Dados consolidados mostram que o horizonte continua a crescer em Horizonte.

Assim chega-se a 1995 com uma matrícula inicial de 6.676 e final de 5.666, 21 grupos escolares e 3 escolas isoladas, com índices de evasão, repetência e aprovação passando de 23,4%, 20,1% 79,9% em 1989 para 9,4%, 14,4% e 85,6% em 1995. Estes índices são os melhores indicadores de que, em educação, Horizonte está no caminho certo, conseguindo segurar o aluno na escola e tendo um melhor aproveitamento.

Nas séries da 1^a a 4^a, nas quais se trabalha dentro da proposta do construtivismo, foram abolidas as provas. Em seu lugar, a partir do 2^º semestre de 1995, tem-se usado a avaliação contatravés de fichas de desempenho que abrangem os diversos domínios. Naquele matéria que o aluno precisa demonstrar raciocínio lógico, ele é avaliado, sem saber, evitando assim, a tensão gerada pelos procedimentos da avaliação.

Manuel Gomes investiu muito mais na parte pedagógica e humana do que no campo físico e material do ensino. Ambos os prefeitos, por caminhos diferentes “teriam sido aprovados” quando de avaliar sua gestão à frente do município de Horizonte.

Mesmo tendo passado nas provas, não seria suficiente para eleger um terceiro mandatário do mesmo partido. A oposição com sua constantes críticas, algumas verdadeiras, outras infundadas, colheu os votos necessários para assumir os destinos de Horizonte. Antes, porém, de irmos para essa terceira administração, administração esta que constitui a segunda parte de nosso trabalho, observemos no quadro a seguir, sem maiores comentários alguns dados que nos permitam confirmar as palavras anteriormente ditas no sentido de conceder o diploma de aprovados aos dois primeiros prefeitos.

O quadro em questão nos apresenta o volume de matrículas ao longo dos dois períodos, assim como os índices de aproveitamento, já que além das matrículas é indispensável, para efeitos de avaliação da qualidade do ensino, observar os dados referentes à reprovação, desistências, transferências, etc., isso tanto em números brutos quanto em porcentagens.

Seria bom lembrarmos que a interpretação destes valores que de alguma forma mostram a qualidade do ensino, são estritamente de ordem pessoal; na época não existiam nem o SAEB a nível nacional ou o

SPAECE a nível estadual como instrumentos de ajuda para nossa análise.

Está mais do que na hora de tentarmos uma leitura final do acontecido ao longo destes anos em matéria educacional em Horizonte. Essa mesma leitura poderia servir-nos como conclusão provisória ao final desta primeira parte de nosso trabalho.

Em 1995, para uma população de 23.754 habitantes, o município conta com 22 grupos escolares e 2 escolas isoladas. Em várias escolas, está prevista a construção de mais salas de aula de tal forma que dê para atender à demanda dos anos vindouros.

Conforme censo realizado pela SEDUC no final do ano de 1995, no município de Horizonte, foi constatada a existência de 1.214 crianças fora da escola. Em relação àquele ano este número representa 16% da matrícula de 95. Os dados são questionados pelas autoridades, uma vez que o censo foi realizado no final do ano, de outubro a dezembro, época em que não param de chegar famílias para a colheita da castanha e cujos filhos não foram matriculados.

Outro motivo para o questionamento é o fato de que em 1995 o município contava com 95 salas de aula para uma matrícula de 6.676 alunos. Em 1996 o número de salas de aula passou para 125 e a matrícula para 8.857, havendo um acréscimo da ordem de 31,58% nas salas e de 32,67% na matrícula. Logo, se as 1.214 crianças fora da escola representam 16% da população em idade escolar, com o crescimento no índice de matrícula foi mais do que superado sendo esta mais uma razão para o questionamento dos dados. Mesmo assim, a prefeitura encomendou outro censo do qual participaram a SEDUC, a SEDUH e a UNICEF a fim de constatar a veracidade dos dados antes levantados.

A universalização do ensino na sede ainda não foi atingida e, na área rural, está ainda mais longe de ser obtida. Os dados a seguir, referentes ao ano 1995, apontam para uma tendência na direção da universalização do ensino: a taxa de escolarização bruta de 7 a 14 anos no 1º grau apresenta uma percentagem de 99,2% para o município de Horizonte, enquanto a média do Estado é de 104,8%¹⁰. A taxa de escolarização líquida é de 67,5% e 78,3% para o município e o Estado respectivamente¹¹.

Para o ano de 1995 o número de crianças morando em Horizonte em idade de 6 a 10 anos era de 2.915 sendo que 561 encontravam-se fora da escola, ou seja, 19,2%, esta cifra é um pouco mais baixa do que a média do interior que para esse ano era de 22,5%;

¹⁰ Número de alunos matriculados de todas as idades, dividido pela população de 7 a 14 anos x 100.

¹¹ Número de alunos matriculados de 7 a 14 anos, dividido pela população de 7 a 14 anos x 100.

cabe anotar que o número de meninos fora da escola é superior ao das meninas: 306 e 255 ou, 21,3% e 17,3% respectivamente.

Os mesmos dados, mas agora com jovens de 11 a 14 anos, mostram que havia em Horizonte 2.131 adolescentes nesta faixa etária sendo que 1.115 do sexo masculino e 1.016 do sexo feminino. Do total de adolescentes 263 encontravam-se fora da escola, 172 homens e 91 mulheres. As percentagens de jovens nessa faixa etária fora da escola representam 12,3% do total geral. A média de Horizonte é bem melhor do que a do interior que se situava em 19,2% para o ano de 1.995.

Na medida em que elevamos a faixa etária, o número de jovens e logicamente a percentagem dos que se encontram fora da escola aumentam também, só que não em proporção matemática.

Um outro elemento que nos pode ajudar na hora de fazer um juízo sobre a qualidade de ensino oferecida é o que diz respeito ao número de crianças e de jovens matriculados na série adequada segundo a idade. Mantendo como ano referencial 1995, observamos que: entre 7 a 10 anos de 1.917 crianças matriculadas 263 (13,7%) estavam na série adequada e 1.654 (86,3%) em uma série inadequada. No interior esses dados são um pouco melhores 15,5% e 84,5% respectivamente. Se considerarmos a faixa etária de 11 a 14 anos de 1.868 crianças matriculadas 73 (3,9%) estavam em uma série adequada, enquanto que 1.795 (96,1) estavam em série inadequada.

Segundo o IBGE a taxa de crescimento de Horizonte no final dos anos 80 e início dos 90 era de 5,4% ao ano. Esse índice continua a ser mantido para efeitos de projeções populacionais. Entretanto, nestes anos 90, por conta da industrialização acelerada e por outros benefícios como educação, saúde, emprego etc., a taxa de crescimento foi bem maior. Em função disso, a prefeitura e as secretarias trabalham para efeitos de planejamento com uma população estimada em 25.000 habitantes.

Em 1991, o total de recursos municipais investidos na educação chegou a 36,13% superando largamente a média exigida por lei que é de 25%. Chegou-se em certo mês a investir no setor 43%. A média do ano de 1992 situa-se entre 30 e 35%, além de algumas ajudas provenientes do Estado e da União mesmo que pouco significativas, se comparadas com o esforço do município.

De modo geral, os recursos aplicados em educação sempre foram considerados pelos dois primeiros prefeitos de Horizonte como um investimento cujo

retorno se espera a médio e longo prazo, em forma de benefícios para toda a população. Nas palavras do ex-prefeito: "Nunca me preocupei com os 25% que a legislação diz que tinha que gastar. A mim não interessava se no final do mês tinha chegado a 25%, a 15% ou a 50%; interessava-me era ter tido a condição ou a oportunidade de atender às necessidades, independente do percentual. E nós tínhamos meses que extrapolavam 43%, 47%, como tinha meses que baxavam, a 20% ou 21%, mas essa parte contávél não me preocupava me preocupava era dar condições de funcionamento às escolas..."¹²

A prefeitura está atenta às necessidades materiais da escola, todo ano são entregues kits contendo o material mínimo necessário para cada aluno. É opinião de alguns professores que o fato da prefeitura dar todo o material para os alunos está criando vícios de dependência e que na medida que a demanda social aumenta chegará o momento que não haverá recursos suficientes. Eles pensam que está na hora de entrar só com uma parte do material e o resto ficará por conta do aluno, até mesmo como uma forma de autovalorização.

A estrutura organizacional do sistema de ensino não sofreu grandes inovações e pouco se afasta do modelo tradicional. A não ser no processo de eleição dos diretores. A inovação reside no fato de a escola possuir todos os ingredientes para funcionar. A revolução parece uma volta aos bons tempos da escola pública onde o professor ensina e o aluno estuda porque o sistema funciona e a motivação está presente.

A rede municipal em 1995 estava composta por 26 unidades escolares e 3 escolas isoladas, que serão substituídas por outras unidades até o final do mandato. Há também uma escola estadual na sede. Essa escola foi restaurada pela prefeitura que ainda contrata professores para suprir carência, recebendo do governo estadual uma quantia inferior aos salários e vantagens pagos dentro de um projeto chamado "Municipalização da Educação".

Ao todo são 67 salas e uma capacidade de 7.035 matrículas, o bastante para atender a toda a demanda do município. As unidades dos três distritos funcionam no período da manhã e à tarde; aquelas da sede e uma num distrito possuem ainda o turno da noite.

O planejamento escolar é considerado fundamental; dele participam diretores, professores e funcionários. Mensalmente numa reunião se avalia o andamento das atividades. A comunidade pouco participa do planejamento escolar. Seu papel é de vigilância da presença dos professores e das atividades escolares. A utilização do teleensino foi também uma

¹² Francisco César de Sousa, 1994. Citado por RODRIGUEZ, Jorge Alberto em: Políticas Sociais: Os horizontes de Horizonte. P. 76.

inovação importante para o município mesmo que ainda existam reservas dentro da comunidade horizontina quanto a sua validade e eficácia.

Não há, portanto, mudanças na estrutura do sistema de ensino. As inovações pedagógicas são poucas ou até nulas dependendo do ponto de vista do observador. A grande transformação foi a implantação de um conjunto de medidas já conhecidas e testadas que permitiram introduzir qualidade no sistema. Propositadamente, o nexo das mudanças foi a valorização do professor que tem respondido muito bem.

Do pequeno contingente de funcionários municipais, 184 para uma população, que no início da primeira administração era, de 18.262, 118 são professores distribuídos segundo a demanda escolar em todo o município. A formação desse pessoal docente melhora de ano a ano.

Diante de tão grande prioridade alocada à educação, os resultados não poderiam deixar de ser extremamente positivos. Primeiro, em termos quantitativos. Nos 4 primeiros anos o município sofreu um aumento populacional de 80%. A matrícula escolar total (do pré-escolar ao 2º grau) passou de 1.159 para 4.968 alunos, uma expansão de cerca de 350%.

A distribuição espacial da expansão da matrícula é mais notável ainda já que atinge todos os distritos na zona rural, sendo o salto maior nestes do que na sede, que era melhor atendida. O sistema de ensino apresenta, portanto, equidade no seu atendimento.

A melhoria evidente do equipamento e da administração escolar e das condições de trabalho do professorado vem trazendo um incremento na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Como avaliar a melhoria do rendimento escolar? Primeiro pelo grau de presença de alunos e professores na escola, a assiduidade sendo generalizada e constante. Segundo, pelos índices de evasão e repetência que vêm caindo, ano após ano.

Para fazer um juízo de valor sobre as reais chances da continuidade do processo em curso em Horizonte, é preciso ter-se em mente a extrema fragilidade institucional brasileira e nordestina. Na realidade os procedimentos legais, políticos e institucionais continuam ainda personalizados, sujeitos aos caprichos da autoridade do lugar, autoridade que é verdadeiramente fundante. A institucionalização, mesmo a jurídica, não oferece garatia de continuidade. Ela depende da vontade pessoal do prefeito.

Foi justamente esta fragilidade que permitiu a “revolução tranquila” de Horizonte. Ela é fruto de uma determinação pessoal do prefeito eleito em 1989. A

transformação não foi uma exigência ou reivindicação popular nem de uma classe. Existe, ainda, um fator estimulador: a população reagiu favoravelmente, compreendeu e abraçou a mudança a ponto de eleger o candidato do prefeito “revolucionário” que teve sucesso em transferir os votos para um novato.

Politicamente a reviravolta rendeu dividendos. Isto pode ser um sinal de mudança nas expectativas do povo, que aprendeu a reconhecer e valorizar o novo. Mas quem pode ter certeza disto? Uma esperança é que a consolidação do processo por mais 4 anos deverá produzir o amadurecimento de uma consciência popular democrática e, pelo menos, liberal.

A real esperança da continuidade do processo se localiza na juventude e nas categorias mais cultas e organizadas como a dos professores. Formados e trabalhando na nova maneira de tratar a coisa pública, a saúde e a educação, talvez não somente venham a impedir qualquer retrocesso, mas passem a exigir ainda mais!

Antes de passar à segunda parte de nosso trabalho, parte esta dedicada a análise da gestão educacional durante o período de governo de Rocha Neto, terceiro prefeito de Horizonte, cabe aqui uma observação delicada: quase todos os dados correspondentes ao ano de 1996 desapareceram dos computadores... “ninguém soube”, em Horizonte, dar razão de tamanho “acidente”. O silêncio em certas ocasiões pode ser por demais eloquente¹³.

TERCEIRA ADMINISTRAÇÃO 1997-2000

José Rocha Neto assume os destinos da comunidade horizontina em 1997 e como seus antecessores coloca entre as prioridades de seu governo a educação. Tentaremos, na medida do possível nesta segunda parte da nossa análise, marcar a continuidade e as rupturas no processo, para descobrirmos no final do nosso trabalho, quais as reais chances que tem o ensino de alargar os horizontes de Horizonte, e de marcar a fronteira entre o passado e o presente, entre a esperança e a frustração de um povo.

O primeiro passo da nova administração consiste em promover uma avaliação institucional da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, das Unidades Escolares e uma auto avaliação de todos os educadores. Só então, se traçam as linhas mestras de um planejamento da rede física de ensino e do plano pedagógico relacionando-o com os índices educacionais obtidos com ocasião da realização do primeiro SAEB. O projeto

¹³ Pelo fato de não ter podido mergulhar mais no assunto, abstenho-me de qualquer insinuação.

procura ainda oportunizar os novos modelos de ensino tais como Ciclos e Classes de Aceleração.

A nova gestão municipal parte de uma concepção da educação como socialização do saber historicamente construído pela sociedade, o que possibilita ao povo em geral e aos seus filhos em particular, a formação de uma consciência crítica e uma ação transformadora da sociedade.

Para realizar seu trabalho, a secretaria de educação está divida em: um núcleo de Apoio Técnico, três departamentos subdivididos em 5 setores: Acompanhamento curricular, apoio administrativo, assistência ao estudante, desporto e cultura.

O objetivo visado pela secretaria de educação é a realização de um trabalho integrado entre os diversos departamentos, procurando a otimização dos serviços prestados à comunidade. Contudo, e apesar dos esforços realizados, aflora uma espécie de sentimento de frustração pela falta de capacitação profissional de seus servidores, pela ausência de uma melhor estrutura física e de equipamento necessário à realização qualificada dos serviços que deve prestar à comunidade.

No tocante ao ensino fundamental, as metas traçadas para o quadriênio 1997-2000 nas séries iniciais 1^a a 4^a podem ser descritas assim:

- Aumento anual na capacidade de oferta das matrículas da Rede Municipal;
- Realização do Dia de Mobilização pela matrícula no Município;
- Trabalho de pesquisa, em parceria com a secretaria de saúde e os agentes ligados à mesma, para detectar toda criança fora da escola;
- Realização, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ceará, de Concurso Público objetivando suprir a carência de pessoal do magistério para as Escolas Públicas Municipais;
- Implantação do Sistema de Acompanhamento Pedagógico objetivando a melhoria da qualidade do ensino;
- Permanente vigilância sobre o próprio processo para garantir a qualidade do ensino ofertado e a democratização do processo educacional;
- Estruturação e implantação de um projeto de capacitação de Professores Leigos, em ordem a cumprir a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que exige a habilitação dos mesmos;
- Realização anual de um Censo Escolar, objetivando o levantamento das condições dos Prédios das Escolas, móveis, equipa-

mentos e material de cantina existente nas Unidades Escolares.

- Distribuição de kits escolares para o atendimento de todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental;
- Fornecimento em dia da Merenda Escolar a todos os alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública;
- Aquisição, em tempo, do livro didático para todos os alunos de 1^a a 4^a série em complementação ao programa de Livro Didático do FNDE/PNLD.

Paralelamente, aos poucos, foram se detectando algumas dificuldades, dentre as quais podemos citar:

- Escolas sobrencarregadas, com um número de alunos por sala superior ao determinado, em função da pressão por vaga em algumas localidades;
- Dos professores aprovados em concurso público (1997), um número significativo deixou de assumir seus cargos, havendo, portanto, a necessidade de contratação de professores, não capacitados, para suprir as vagas em aberto;
- Dificuldade para equipar o parque escolar em função da não priorização desta ação;
- Falta de material didático de apoio ao trabalho do professor;
- Deficiência na manutenção das escolas e dos equipamentos.

Da 5^a a 8^a série no sistema de Teleensino, as políticas adotadas foram as seguintes:

- Ampliação do Sistema de Telensino de forma gradativa e seqüenciada;
- Implantação do Sistema de Telensino com utilização de gravação e reprodução através do Sistema Integrado;
- Capacitação do pessoal docente com professores da FUNTELC que produzem as aulas e os manuais de apoio;
- Aquisição de televisores para operacionalização do sistema;
- Entrega em todas as escolas municipais dos manuais de apoio;
- Implantação de uma Coordenação Pedagógica para acompanhar essa modalidade de ensino.

Este método, apesar de seus benefícios apresenta, ainda, sérias dificuldades:

- Resistência das Comunidades Escolares, habituadas ao sistema tradicional, a aceitação do sistema pela falta de material didático, pedagógico e pela inexperiência dos Orientadores de Aprendizagem;
- Falta de participação dos envolvidos na proposta político-pedagógica do sistema, tendo em vista que as decisões ficam a nível de FUNTELC e SEDUC;
- Demora na entrega dos manuais de apoio por parte da Secretaria de Educação do Estado;
- Falta de domínio dos Orientadores de Aprendizagem em algumas áreas;
- Falta de fitas para agravamento das aulas e de suportes para as TV's;
- Ausência de conhecimento da proposta do Telensino por parte dos diretores;
- Falta de participação dos diretores nas capacitações.

O sistema convencional de ensino para as séries 5^a a 8^a continua dentro do Município, em virtude de implantação e ampliação gradual do sistema de Telensino como medida que visava respeitar a continuidade do Ensino Convencional para os alunos que já haviam iniciado a 5^a série neste sistema. Atualmente, em Horizonte, 3 escolas oferecem o ensino convencional.

A continuidade do Sistema Convencional nas escolas da Rede Municipal deve-se também à necessidade de manter um grupo de controle para análise comparativa, controle e avaliação nos aspectos pedagógicos em relação ao Sistema de Telensino.

Apesar de não contarmos com uma avaliação comparativa dos dois sistemas, alguns dados referentes ao ano de 1999 manifestam o rápido crescimento do sistema de telensino. Assim: enquanto as escolas municipais acolheram 1.277 jovens no sistema tradicional, os matriculados no teleensino foram 1.838, 69,4% do total de matrículas. A escola estadual que funciona em Horizonte não tem alunos no sistema convencional, sendo os matriculados no teleensino 253. Elevando para 2.147 o número de alunos matriculados neste último sistema.

Em geral as ações desenvolvidas e as dificuldades encontradas aqui são semelhantes àquelas já mencionadas acima quando falamos da 1^a a 4^a séries.

No tocante às ações pedagógicas e de formação e capacitação de pessoal, podemos agrupá-las assim:

- Reuniões mensais com os diretores das escolas;
- Planejamento educacional mensal com todos os professores do ensino fundamental da 1^a a 4^a série;

- Encontro bimestral de avaliação com o grupo de orientadores do sistema TVC;
- Capacitação de diretores das escolas (um encontro anual de 40 horas);
- Oficinas pedagógicas para professores da 1^a série;

O advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) veio trazer significativas modificações na aplicação dos recursos municipais e, consequentemente, nas políticas de valorização do Magistério e de atendimento aos alunos da rede municipal.

A implantação do FUNDEF em Horizonte deu-se em janeiro de 1998. O repasse dos recursos, que tem como referencial o quantitativo de 5.572 (Dados do Censo Escolar de 1997) foi definido em 146.265,00 anual. Em Horizonte, desse montante, 60% estão sendo destinados à remuneração e capacitação dos professores, os 40% restantes se destinam às despesas com a manutenção do ensino, o atendimento à educação infantil e ao atendimento da educação de jovens e adultos e à educação especial. O que constitui uma interpretação errada da lei e do verdadeiro espírito do FUNDEF.

A implantação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF constituiu-se em um grande salto qualitativo no sentido de assegurar a transparência da aplicação dos recursos bem como a participação da comunidade Escolar no processo de acompanhamento e planejamento dos gastos. Contudo, em diálogo pessoal com alguns vereadores e professores da rede municipal de ensino, foram-me feitas afirmações no sentido de que o dinheiro do FUNDEF, mesmo sendo um dinheiro vinculado, não está sendo aplicado conforme às exigências da lei. Um exemplo claro do anterior está no fato de que o último aumento no salário dos professores, se deu anteriormente à implantação do FUNDEF no município. O município se defende afirmando que a impossibilidade deu-se devido ao acréscimo do número de professores da rede municipal e à desfasagem em relação ao número de alunos do Ensino Fundamental.

Estas que podem ser as razões aduzidas pela prefeitura através da secretaria de educação contrastam com informações colhidas na câmara dos vereadores onde ficou claro que o plano de carreira e salários apresentado pela prefeitura era tão irrisório que feria a dignidade dos professores, por essa razão não foi aprovado.

A consequência desse fato é imaginável: um descontentamento generalizado entre os professores que não têm percebido aumento nos últimos anos,

muitos dentre eles já abandonaram seu trabalho em busca de melhores oportunidades em outros lugares ou junto às escolas particulares.

Baseado nos pressupostos legais, o município se defende afirmando que definiu como meta prioritária a capacitação dos profissionais docentes e partiu na frente firmando convênio com a UECE (Universidade Estadual do Ceará) para o Programa de Licenciatura Breve que, no período de dois anos, oferecerá qualificação a nível de Licenciatura Plena aos Professores de 3º e 4º pedagógico.

Do diálogo junto a alguns vereadores e professores e pela minha própria observação cheguei à conclusão que se bem o município vem investindo fortemente na educação, as condições de investimento do FUNDEF não vem sendo respeitadas integralmente. Esta constatação já foi feita acima quando falei dos salários dos professores.

O Programa de Alimentação Escolar foi descentralizado no município de Horizonte e hoje atende a todos os alunos do Ensino Fundamental. Os repasses para a compra de gêneros alimentícios têm sido feitos pelo governo federal/FAE com certa regularidade, porém, em nível municipal alguns problemas têm surgido, o principal: a demora devido à complexidade dos processos licitatórios. Uma proposta para amenizar este problema mediante a escolarização da Alimentação, que consistiria no repasse direto do recurso para cada Unidade Escolar, está em andamento. Cabe anotar ainda, que nas entrevistas realizadas sempre escutei comenários favoráveis em relação à qualidade da merenda oferecida e à constância da mesma.

O Fardamento Escolar nas Escolas Públicas Municipais de Horizonte caracteriza-se como um dos elementos do Programa de Assistência ao Estudante, promovido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação.

A Secretaria de Educação justifica o fardamento como uma garantia de acesso e permanência de todos na Escola Pública de qualidade, entretanto, o município tem enfrentado dificuldades para tornar o uso do uniforme obrigatório em todas as escolas, por ter sido rejeitado pela Câmara de Vereadores o projeto de lei que regulamenta esse assunto.

A distribuição de material escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental é tido como de extrema importância uma vez que os jovens em sua totalidade pertencem a famílias de baixa renda e uma vez que o referido material funciona como auxiliar no processo ensino-aprendizagem e ajuda na garantia de efetivação de uma educação de boa qualidade. Em 1998, foram distribuídos 7.300 kits escolares a todos

os alunos da Rede Municipal, composto de 2 cadernos, 4 lápis, 2 borrachas, 1 apontador.

Dentre os materiais de Ensino-Aprendizagem, o livro didático tem um papel importante para possibilitar ao aluno melhores condições de aprendizagem, e ao professor um instrumento de apoio à sua prática pedagógica. O município de Horizonte tem prestado atenção para que este material de ajuda chegue em tempo às mãos de todos os alunos do Ensino Fundamental.

A Prefeitura Municipal através da secretaria de Educação também tem emprendido esforços no sentido de universalizar o acesso à escola. Para tanto, está construindo uma Unidade escolar com 8 salas no distrito de Queimadas e ampliou 3 escolas, criando assim 4 novas salas de aula, desta forma, a oferta será aumentada em 140 vagas dentro do sistema.

O que foi dito anteriormente contrasta com informações colhidas junto à comunidade e aos próprios alunos e professores que manifestam as más condições em que se encontram muitas unidades escolares e o sucateamento do material pedagógico. Eu particularmente notei um certo abandono, sem cair, contudo, no exagero. Falta muita coisa nas escolas, porém, justiça seja feita, o município tem caminhado muito.

Uma decisão do atual prefeito que eu qualifico sem reserva nenhuma, como um claro retrocesso em relação às administrações anteriores foi a suspensão da escolha democrática dos diretores das escolas, optando por fazer da diretoria um cargo de confiança. Posso ainda acrescentar que o relacionamento entre professores e secretaria de educação não é tão cordial quanto parece, a grande maioria preferem optar pelo silêncio ou pela crítica escondida por temor às punições que lhes possam sobrevir: desde a troca de escola até a expulsão no caso dos não concursados. O jeito do prefeito administrar a educação é abertamente autoritária. Nesse sentido o horizonte parece cubrir-se de nuvens negras, escondendo o brilho de uma democracia participativa que começava a dar seus frutos.

A situação do Ensino Fundamental em Horizonte para o ano de 1998 pode ser descrita assim, quanto a movimento e rendimento escolar: a matrícula inicial foi de 6.864 alunos, matrícula acrescida após 25/03/98, data do censo escolar de 99, em 708 alunos ou 10,31%. Em 1999, o total de alunos matriculados foi de 8.104 na rede municipal, uma diferença de 1.238 alunos. Os afastamentos por abandono e transferência foram de 1000 e 230 alunos ou 13,21% e 5,68% respectivamente. Os aprovados em 1998 foram 5.829 alunos ou 76,98% do total de alunos matriculados. Finalmente, foram reprovados 314 alunos ou 4,13%.

Para uma melhor análise da qualidade de ensino, podemos servir-nos dos dados fornecidos pelo SAEB/97 e pelo SPAECE/98.

O SAEB é uma avaliação em larga escala, aplicada em amostras de alunos da 4^a e da 8^a séries do Ensino Fundamental e da 3^a série do Ensino Médio, representativas do País e de todas as unidades da Federação. O SAEB/97 foi aplicado no período de 27 a 31 de outubro.

Além de medir o desempenho escolar, o SAEB coleta dados sobre os alunos (com questões de caracterização sócio-econômica e cultural e de hábitos de estudo), os professores (sobre perfil e características pedagógicas), os diretores (sobre o perfil e práticas de gestão escolar) e sobre os equipamentos disponíveis e as características físicas e de conservação das escolas.

Em geral, podemos afirmar que, nas diversas disciplinas avaliadas (Matemática, Língua Portuguesa e Ciências) tanto para a 4^a como para a 8^a série do Ensino Fundamental a região Nordeste se situa abaixo da média nacional. Porém, quando analisados os Estados, encontramos o Ceará no mesmo nível da média nacional para ambas as séries em todas as disciplinas avaliadas.

A característica mais importante desta avaliação é, a meu modo de ver, a grande dispersão ou heterogeneidade por disciplina para o Brasil e regiões, dado que a informação sobre a variabilidade da distribuição das proficiências é um bom indicador do grau de equidade dos sistemas de ensino: quanto menor for a dispersão da distribuição, maior a homogeneidade e equidade nos resultados obtidos.

Em Matemática, o Ceará apresenta uma maior dispersão na 8^a série, mesma coisa para Língua Portuguesa. Já em Ciências a dispersão é grande em ambas as séries. Se considerarmos o conjunto nacional, o Ceará é um dos Estados que apresenta maior dispersão e, em consequência, onde o sistema educacional se mostra menos equitativo.

A proficiência média dos alunos da capital, em todas as séries, disciplinas e regiões, é mais elevada que a proficiência média dos alunos do interior.

Quando se observam os dados por região, verifica-se que as desigualdades regionais permanecem, já que, por exemplo, as proficiências dos alunos da 4^a série da capital nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em todas as disciplinas, são menores que as proficiências médias dos alunos do interior da região Sudeste. Com relação à 8^a série, constata-se que os alunos do interior da região Sul, obtiveram melhores resultados que os alunos da Capital das regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

A disparidade regional é tão acentuada que, na 4^a série, em matemática, os alunos da zona rural da

região Sul, superar a média alcançada pelos alunos da zona urbana da região Norte em 12 pontos.

Em qualquer série ou disciplina avaliada pelo SAEB/97, as médias de proficiência da zona urbana são sempre superiores às da zona rural. De outro lado, os alunos da zona rural da região Nordeste apresentam sempre as menores médias.

As médias de proficiência obtidas pelos alunos revelam ainda que: os alunos da rede particular de ensino, em todas as séries, disciplinas e regiões, apresentam proficiências mais elevadas do que os alunos da rede pública (estadual e municipal). A diferença de médias entre a rede estadual e municipal é muito pequena, na maioria dos casos.

Os dados de Matemática e Ciências para todas as séries avaliadas mostram que, no Brasil e em todas suas regiões, os meninos apresentam médias de proficiência levemente superiores às alcançadas pelas meninas. Em Língua Portuguesa a situação se inverte e as meninas alcançam médias um pouco superiores às dos meninos praticamente em todas as séries, com exceções significativas no Norte e Nordeste.

Confirmando tendências em levantamentos anteriores, a proficiência dos alunos diminui à medida em que avança a idade. Isto ocorreu em todas as regiões e em todas as disciplinas avaliadas. A queda da média de proficiência aparece associada ao aumento da distorção série/idade.

Existe, ainda, uma tendência de crescimento das médias de proficiência dos alunos à medida que se eleva o grau de escolarização do pai e da mãe, em todas as séries, disciplinas e nas três redes de ensino, sendo mais notória esta situação na rede particular.

Quanto à situação dos professores, o SAEB/97 apresenta claramente as grandes diferenças que ainda existem em nível regional nas condições de trabalho, sejam elas de caráter salarial, físicas, pedagógicas, culturais, etc.

Os resultados do SAEB/97 apontam, em síntese, a existência de dois tipos de problemas relacionados à qualidade da aprendizagem no nosso País: o primeiro refere-se à grande heterogeneidade de resultados de desempenho existente nos sistemas estaduais de ensino, que parece ser mais um fator de desigualdade do que de simples diferenciação, na medida em que a dimensão das diferenças significa, para os alunos que apresentam desempenhos mais baixos, a oferta de oportunidades de aprendizagem menos efetivas do que aquelas proporcionadas aos alunos que apresentam desempenhos mais altos; o segundo aspecto relaciona-se à efetividade dos currículos em desenvolvimento hoje no País.

Sabe-se que existem pelo menos três níveis de abordagem do currículo: o primeiro é o currículo proposto ou indicado, que é o mais abrangente, completo, conceitualmente coerente e, em muitos casos, bastante ambicioso; o segundo nível é o currículo efetivamente ensinado, que é resultado das escolhas das escolas e dos professores, bem como das condições em que é ministrado (infra-estrutura física e pedagógica, calendário escolar etc.). Portanto, é provável que o currículo efetivamente ensinado seja menos abrangente e um pouco menos coerente do que o currículo recomendado; por fim, no terceiro nível há o currículo aprendido, onde se observa aquilo que os alunos aprenderam e dominam.

Os dados do SAEB/97 permitem a verificação de dois dos três níveis citados: o currículo proposto e o currículo aprendido. Assim, na medida em que as questões de prova utilizada no SAEB/97 ampliaram o espectro de conteúdos, competências e habilidades examinados e passaram a vincular-se fortemente com as propostas curriculares em uso pelos sistemas de ensino, os resultados obtidos revelam que o currículo indicado (ou proposto) não está sendo apreendido de forma satisfatória, pois é pequeno o número de alunos que apresenta um desempenho próximo do esperado pelos currículos.

Esse descompasso pode estar acontecendo devido às diferenças existentes entre o currículo proposto e o efetivamente ensinado, significado que o currículo indicado ainda está ausente das salas de aula. Ou, ainda, pode também ser atribuído ao alto nível de expectativa presente no currículo proposto, que o torna de difícil alcance pelos alunos.

O SPAECE/98 nos apresenta uma metodologia semelhante ao SAEB, só que en escala menor já que se trata de uma prova aplicada em nível estadual com amostras tiradas de diferentes municípios da capital e do interior, tanto da zona urbana quanto da zona rural, também não leva em consideração a situação dos professores, diretores, ou ainda, as condições físicas dos estabelecimentos. Para alegria nossa, o SPAECE/98 considerou em sua análise o município de Horizonte, eis a continuação os principais resultados da avaliação.

Algumas observações podem ser feitas sobre os resultados gerais do SPAECE/98: Para a 4^a série, a quase totalidade dos municípios teve sua média em matemática situada entre 3 e 4. Os resultados, embora um pouco superiores aos obtidos em 1996, demonstram um desempenho muito abaixo do desejado. A situação na 8^a série em matemática é ainda pior. Praticamente todas as médias estão abaixo de três e doze delas são menores do que dois.

Já em Português, como era de se esperar, o resultado dos testes da 4^a série indica um domínio do conteúdo acima de 50%. Com efeito, quase todas as médias estão situadas entre 5 e 7. Os resultados dos testes de português na 8^a série foram menos satisfatórios. Todos os municípios tiveram médias que indicam domínio de conteúdo abaixo de 50%. Estas médias situaram-se entre 3,0 e 4,9.

As escolas: Maria B. Chaves e Raimundo Nogueira participaram desta avaliação, representando o Município de Horizonte. Os escores obtidos mostram que o município ocupou um lugar discreto dentro das escolas do CREDE 9 e uma situação baixa dentro da média do Estado.

Qual seria o desempenho de uma turma, de uma escola, de um crede considerado como aceitável. A resposta a esta pergunta depende muito das circunstâncias em que cada escola funciona e do grau de exigência estabelecido. Deve-se, entretanto, ter em mente que as notas atribuídas variam de 0 a 10 pontos. Assim, o escore de um aluno representa o quanto do conteúdo é, por ele, dominado. Dizer, por exemplo, que o aluno X obteve um escore 6,2 na prova de português significa que este aluno demonstrou dominar, aproximadamente 62% do conteúdo exigido. Diz-se aproximadamente, porque, na aplicação de qualquer instrumento de medida, existe, em maior ou menor grau, o erro que é inerente à mensuração educacional. O mesmo raciocínio se aplica para o escore médio da turma, do município, do Estado.

Alguém poderia dizer que qualquer escore, acima daquele que é exigido para o aluno ser aprovado, seria indicativo de um desempenho aceitável. Outros poderiam ser mais rigorosos e estabelecer um ponto de corte entre desempenho aceitável e desempenho não-aceitável mais alto, por exemplo o escore 7. Seja qual for este ponto de corte, é importante ter sempre em mente que a meta do professor é ajudar o aluno a aprender o máximo possível, e o limite desta meta é o domínio completo dos conteúdos curriculares programados por ele.

Convém lembrar que, sob nenhum argumento, deve-se aceitar como satisfatório um desempenho abaixo de 50% de domínio do conteúdo. Desta forma, pode-se concluir que, apesar dos resultados indicarem uma possível melhora no desempenho em relação ao obtido em 96, são muito constrangedores os escores de matemática, tanto da 4^a como da 8^a série, e os escores de português na 8^a série.

Os dados à disposição nos mostram não só o fato de ainda Horizonte não ter atingido a tão sonhada universalização do ensino fundamental, mas também o quanto ainda falta, quando se fala em qualidade do ensino.

Valores Máximos e Mínimos por Disciplina e Série HORIZONTE		
Série	Disciplina	Valor
4 ^a	matemática	3.145
8 ^a	matemática	2.143
4 ^a	português	5.474
8 ^a	português	4.524

Em 1999 um outro tipo de análise, nas séries iniciais, (1^a a 4^a) nos mostra que de 4.991 alunos matriculados, 3.405 estão fora da faixa etária, o equivalente a um 68,22%, um contingente que de alguma forma onera os cofres municipais e gera problemas de superlotação de salas e turmas.

Igualmente para o ano de 1999 a Rede Municipal conta com 28 escolas e 152 salas de aula. O Ensino fundamental convencional conta com 4.991 alunos da 1^a a 4^a série e com 1.277 da 5^a a 8^a. No sistema de teleensino os alunos matriculados da 5^a a 8^a série são 1.836. A título de informação acrescentamos que o Estado administra uma escola com 11 salas, 421 alunos de 1^a a 4^a série e 253 da 5^a a 8^a série no sistema de teleensino. Esta escola não trabalha com o sistema convencional. O ensino fundamental particular tem 4 escolas com 20 salas 193 alunos da 1^a a 4^a série e 58 no sistema de telensino, também para estas séries não se trabalha com o sistema convencional. Finalmente existe uma escola filantrópica com 10 salas e 149 alunos nas primeiras séries. Destes dados podemos concluir que Horizonte tem um total de 34 escolas e 193 salas de aula para atender a demanda por ensino fundamental.

Para o ano de 1999, a situação dos professores quanto ao grau de formação é bastante satisfatória: No ensino fundamental laboram 225 professores, dentre eles 52 possuem o 3º pedagógico; 91 tem o 4º pedagógico; 50 detêm a licenciatura plena e 3 a curta; 12 terminaram o 3º científico e 17 só têm a 8^a série.

Pedagogicamente houve, ao longo destes anos, um esforço no sentido de renovar e/ou criar novas formas, novos métodos de trabalho escolar com a tão sonhada finalidade de oferecer um ensino de qualidade, é assim como foram introduzidos no sistema educacional do município os cursos de aceleração e os ciclos, principalmente para corrigir os altíssimos índices de alunos fora da faixa etária (distorção série/idade) que continuam superlotando as escolas.

CONCLUSÃO

A situação da educação vem melhorando significativamente em Horizonte a partir da data de sua emancipação. É o que revelam os principais indicadores do sistema educacional, apresentados e sumariamente analisados neste artigo. Os avanços alcançados –tanto em termos de ampliação da cobertura quanto

da melhoria da qualidade do ensino – traduzem os esforços dos sucessivos governos municipais e a crescente mobilização e engajamento da sociedade no resgate da escola pública.

As políticas educacionais assumiram novo enfoque, centrado na:

1. busca de um novo padrão de eqüidade na oferta do ensino fundamental obrigatório, mediante garantia da universalização do acesso, implantação de um novo modelo de financiamento, como é a criação do FUNDEF, e promoção de ações focalizadas para corrigir desigualdades sociais, econômicas e regionais;
2. ênfase na melhoria da qualidade do ensino fundamental, apoiada em políticas de qualificação dos professores, de melhoria das unidades escolares e de seus equipamentos.

Pela primeira vez, o Ensino Fundamental obrigatório foi assumido como a prioridade das políticas públicas de educação. O esforço de universalização e melhoria da qualidade apoiou-se na descentralização dos programas e dos recursos públicos destinados ao financiamento deste nível de ensino, mediante adoção de critérios mais transparentes e universais.

Com a Emenda Constitucional nº 14 que instituiu o FUNDEF, procedeu-se a uma repartição mais clara das responsabilidades educativas dos três níveis de governo, favorecendo assim o regime de colaboração e ficando o ensino fundamental sob a responsabilidade primeira dos governos municipais. Foram criados mecanismos de incentivo à participação da comunidade na gestão escolar.

O caso de Horizonte, analisado neste trabalho, é um dentre muitos no Brasil, porém, chama a atenção devido ao rápido sucesso, em parte devido às administrações locais, em parte à consciência crescente da comunidade em relação à co-responsabilidade na gestão das políticas que lhes dizem respeito.

BIBLIOGRAFIA

HAGUETTE, André et alii, Inovações na Gestão do Ensino Fundamental Municipal, em: Educação em Debate, vol XV, nº 23 a 26, ed. da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992 p. 15-54.

- MEC/INEP, Desempenho do Sistema Educacional Brasileiro: 1994 – 1999
- MEC/INEP, Saeb/97 – Primeiros Resultados, Brasília, 1998.
- RODRIGUEZ, Jorge Alberto, Políticas Sociais: Os horizontes de Horizonte, Dissertação de Mestrado, Fortaleza, 1996.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, 1998 Ações – Dificuldades – Desafios, Material informativo, fotocopiado, Horizonte, 1999.
- SEDUC, Horizonte – Indicadores de Educação, Fortaleza, 1998.

- SEDUC, Proposta de Redimensionamento do Telensino e Continuidade da Implantação do Ensino em Ciclo: Uma Ação Gradativa, Fortaleza, Novembro, 1998.
- SEPLAN/IPLANCE, Ceará em Números 1997, Edições IPLANCE, Fortaleza, 1998
- SEPLAN/IPLANCE, Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), Edições IPLANCE, Fortaleza, 1998.
- SEPLAN/IPLANCE, Perfil Básico Municipal – Horizonte, Edições IPLANCE, Fortaleza, 1998.
- UFC/SEDUC, Avaliação da Qualidade do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Ceará, SPAECE/98, Relatório final, Fortaleza, 1999.